

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA

NATÁLIA AMÉLIA DA SILVA AZENHA

**PENITENCIÁRIA ESTADUAL FEMININA DE GUAÍBA: MAPA FALANTE E A
DINÂMICA DAS RELAÇÕES**

Porto Alegre

2019

NATÁLIA AMÉLIA DA SILVA AZENHA

**PENITENCIÁRIA ESTADUAL FEMININA DE GUAÍBA: MAPA FALANTE E A
DINÂMICA DAS RELAÇÕES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Bacharela em Educação Física pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^o Luiz Fernando da Silva Bilibio

Porto Alegre

2019

Natália Amélia da Silva Azenha

**PENITENCIÁRIA ESTADUAL FEMININA DE GUAÍBA: MAPA FALANTE E A
DINÂMICA DAS RELAÇÕES**

Conceito final:

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.

Drº. Mauro Myskiw – UFRGS

Orientador: Prof. Drº. Luiz Fernando da Silva Bilibio – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Deixo registrado meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, professor Bili, muito presente e participativo durante a elaboração do projeto e desenvolvimento de todo o trabalho. Tuas contribuições e pensamentos foram fundamentais para a conclusão e êxito desta monografia. Espero que sigamos trabalhando juntos na continuação dessa jornada.

Agradeço aos meus pais, que sempre me incentivaram a estudar e me ofereceram condições para isto. Se hoje estou onde estou, é pelo enorme esforço que vocês fizeram, muito obrigada!!

Às minhas amigas e colegas de trabalho, excelentes profissionais que se dedicam diariamente a fim de executar com excelência suas atribuições enquanto agentes penitenciárias.

À minha parceira de vida, Rafaele, agradeço a paciência e compreensão nos momentos de ausência e o apoio e amor incondicionais.

RESUMO

Introdução: O Brasil ocupa a quarta colocação em relação ao tamanho absoluto da população prisional feminina entre os doze países que mais encarceram mulheres no mundo. No RS, a população feminina privada de liberdade é de 2.486 mulheres e, destas, 345 estão reclusas na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba (PEFG). O objetivo deste trabalho foi apresentar uma narrativa sobre território da PEF, mais especificamente das galerias C e D desta penitenciária, evidenciando as dinâmicas de relação importantes à presença de práticas de educação física voltadas para a saúde nesse contexto.

Metodologia: O delineamento deste estudo se deu através do método da cartografia. Este método foi formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) e, embora não se defina por um conjunto de procedimentos a priori, não significa que a cartografia aconteça na ausência total de orientações, as quais são designadas como pistas. **Resultados:** Para este trabalho, realizei uma imersão no território – que é o meu próprio local de trabalho – onde foram registradas situações pontuais cuja análise nos mostra um pouco sobre as relações entre as apenadas das galerias C e D. Atualmente trabalho nesse território como Agente Penitenciária e, simultaneamente, estou encerrando minha graduação em educação física; trata-se da duplicidade da cartógrafa. Desse modo, os relatos a serem apresentados são, de um lado, oriundos da observação da agente e, de outro lado, de alguém que pensa a presença das práticas corporais nesse contexto. **Considerações finais:** Dentro de uma instituição com tantas regras rígidas e normas de segurança, torna-se uma tarefa difícil a implementação de qualquer tipo de programa para prática corporal por que é um ambiente em que a possibilidade de conflito e o clima de tensão são constantes. Além disso, estas instituições e suas dinâmicas de funcionamento existem justamente para evitar o conflito direto entre as apenadas. Desta forma, parece que somos capturados pelo dilema: o qual refere-se a permitir e/ou fornecer meio para que os horários de pátio sejam aproveitados com alguma prática corporal benéfica a saúde ou evitar jogos a fim de diminuir as chances de algum tipo de violência ocorrer em virtude de algum lance polêmico dentro da atividade realizada.

Palavras-chave: Instituição Total. Cartografia. Sistema Prisional.

ABSTRACT

Introduction: Brazil occupies the fourth place in relation to the absolute size of the female prison population among the twelve countries that have most imprisoned women in the world. In the RS, the female population deprived of their liberty is 2,486 women, and of these, 345 are held in the Guaíba Women's State Penitentiary (PEFG). The goal of this work was to present a narrative about the territory of the PEFG, more specifically the galleries C and D of this penitentiary, presenting the dynamics of important relationship to the presence of physical education practices focused on health in this context. **Methodology:** The design of this study was based on the cartography method. This method was formulated by Gilles Deleuze and Félix Guattari (1995). **Results:** I carried out an immersion in the territory - which is my own place of work - where specific situations were recorded, whose analysis shows us a little about the relations between the distressed ones of galleries C and D. Thus, the reports to be presented are, on the one hand, derived from the observation of the agent and, on the other hand, from someone who thinks the presence of the corporal practices in that context. **Final Considerations:** Within an institution with so many rigid rules and safety standards, it is a difficult task to implement any type of program for body practice because it is an environment in which the possibility of conflict and the tension climate are constant. In addition, these institutions and their dynamics of functioning exist precisely to avoid direct conflict between the grieving. In this way, it seems that we are caught by the dilemma: which refers to allowing and / or providing means for patio hours to be taken advantage of with some beneficial health practice or to avoid games in order to decrease the chances of some kind of violence occurs due to some controversial move within the activity.

Keywords: Total Institution. Cartography. Prison System.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. OBJETIVO	16
3. Metodologia	16
3.1. Relatos.....	17
4. Considerações Finais	21
5. Bibliografia	23

1. INTRODUÇÃO

Os estabelecimentos prisionais são definidos como locais utilizados pelo sistema judiciário a fim de abrigar pessoas privadas de liberdade (ROSA, 1994). Em relação às penitenciárias, destinam-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado (LOPES, PIRES & PIRES, 2014). Os últimos dados oficiais sobre o sistema prisional brasileiro foram divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias em 2017 e apontavam a população carcerária em 726,7 mil pessoas presas sendo 665.482 homens e 42.355 mulheres (INFOPEN, 2016). O Rio Grande do Sul possui uma população carcerária total de 41.200 pessoas privadas de liberdade, composta por 39.105 homens e 2.486 mulheres (DSEP/SUSEPE, 2019). Entretanto, no ano de publicação do relatório INFOPEN, o RS contava com 33.868 pessoas presas – 31.901 homens e 1.967 mulheres.

Em relação ao tamanho absoluto da população prisional feminina entre os doze países que mais encarceram mulheres no mundo, o Brasil encontra-se na quarta posição, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (211.870), China (107.131) e Rússia (48.478) conforme informações do World Prison Brief (2017). Ainda, de acordo com estas informações do World Prison Brief (2018), a evolução da taxa de aprisionamento no Brasil, em um período de 16 anos (2000 a 2016), aumentou 455%. A população prisional feminina multiplicou por oito durante este intervalo, passando de 5.601 no ano 2000 para as 42.355 em 2016, totalizando um aumento de representação de 3,2% para 6,8% no intervalo analisado em relação ao total de pessoas presas no Brasil (INFOPEN, 2016)

O perfil sociodemográfico das mulheres aprisionadas no Brasil demonstra que 50% é formada por jovens até os 29 anos, segundo classificação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), são negras (62%), com baixa escolaridade (45% ensino fundamental incompleto), solteiras (62%), mães (74%) e presas provisórias (34%). Em contrapartida, no RS, o perfil predominante das mulheres é de 37% jovens, 67% brancas, 38% baixa escolaridade, 56% solteiras e 34% sem condenação (INFOPEN, 2016; SUSEPE, 2018). Dados específicos referentes à maternidade não foram encontrados.

O encarceramento feminino obedece à padrões de criminalidade distintos se comparados aos do público masculino. Por exemplo, enquanto 25% dos

crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico de drogas, essa proporção chega a 62% para as mulheres (INFOPEN, 2016). No RS, a prevalência do tipo penal tráfico de drogas é de 77% dos registros das mulheres presas. Assim, pode-se sugerir que estas mulheres tenham assumido a chefia e organização dos negócios.

Os dados levantados pelo INFOPEN (2016) mostram que a maior parte dos estabelecimentos prisionais foi projetada para o público masculino, sendo o total de 1.411 no país. 76% das unidades prisionais destinam-se exclusivamente aos homens (1.070), 9% ao público feminino (103) e outros 15% são caracterizados como mistos (238), o que significa que devem conter celas/alas específicas para o aprisionamento feminino dentro de um estabelecimento originalmente masculino. Conforme dados da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), atualmente o RS mantém 4 estabelecimentos prisionais de regime fechado, exclusivamente femininos (Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier – PEFMP; Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba – PEFG; Penitenciária Estadual de Torres – PEFT; Presídio Estadual Feminino de Lajeado – PEFJ).

Ademais, em relação à nomenclatura, o que define o tipo de estabelecimento penal basicamente é a finalidade original da unidade. De acordo com o já mencionado neste texto penitenciária é a unidade prisional destinada aos condenados a cumprir pena no regime fechado, enquanto as colônias agrícolas, industriais ou similares são destinadas aos presos do regime semiaberto e a casa do albergado e patronato, aqueles em regime aberto. Detentos provisórios devem aguardar o julgamento em cadeia pública/presídio. Há ainda os hospitais de custódia, onde deve cumprir medida de segurança quem cometeu crime por algum problema mental e foi, por isso, considerado inimputável ou semi-imputável (BRASIL, 1984; ROSA, 1994).

No que se refere às políticas públicas do Ministério da Saúde para a população privada de liberdade, estas foram normatizadas através da Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014 que instituiu a Política Nacional de Atenção Integrada em Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2014). O PNAISP foi elaborado a partir de uma perspectiva pautada na

assistência e na inclusão das pessoas presas e respaldou-se em princípios básicos que assegurem a eficácia das ações de promoção, prevenção e atenção integral à saúde.

A publicação da PNAISP pode ser apontada como um grande ganho na garantia e defesa dos Direitos Humanos no Brasil, bem como em total consonância com a previsão constitucional de saúde para todos sob a responsabilidade do Estado Brasileiro. Ainda, conforme a PNAISP, as ações e os serviços de atenção básica em saúde serão organizados nas unidades prisionais e realizadas por equipes interdisciplinares de saúde, compostas por médico, enfermeiro, odontólogo, assistente social, psicólogo, auxiliar de enfermagem e auxiliar de saúde bucal (BRASIL, 2014).

O TERRITÓRIO DO ESTUDO

A discussão sobre definição de território perpassa diversas áreas do conhecimento científico, desde a Etiologia, da qual surgiram as formulações iniciais sobre territorialidade, passando pela História, Ciência Política, Antropologia e Sociologia, até aportar na Geografia, na qual se constitui um dos conceitos básicos. Desta forma, o conceito assume uma enorme polissemia, uma vez que cada área sintetiza um enfoque a partir de uma determinada perspectiva (DANTAS & MORAIS, 2008).

No âmbito da Geografia, os diferentes conceitos de território variam dentro da abordagem jurídica, social e cultural onde a problematização se pauta em aspectos vinculados as relações que a sociedade estabelece com o meio através de medidas de apropriação, ocupação ou posse de uma fração de espaço. É possível agrupar as várias concepções de território em quatro vertentes básicas: política, cultural, econômica e natural (HAESBAERT, 2001; 2002; 2004). Entretanto, Haesbaert diz que essa separação ocorre apenas para fins de análise uma vez que a dinâmica territorial, geralmente, conjuga várias dimensões as quais são definidas como política, cultural, econômica e natural.

A dimensão política refere-se às relações de espaço-poder num território visto como ambiente delimitado e controlado onde, o poder é relacionado ao poder político do Estado, na maioria das vezes. No campo da dimensão cultural, o território é delimitado a partir da teia de representações e subjetividades as

quais definem identidade à porção do espaço. Sendo assim, o território é visto como valorização/apropriação simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. A vertente econômica focaliza o espaço como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais; e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho. Por fim, A perspectiva naturalista emprega uma noção de território baseada nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento natural dos homens em seu ambiente físico.

Considerando estes conceitos, trataremos como “território” a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba (PEFG), local onde será realizado este estudo.

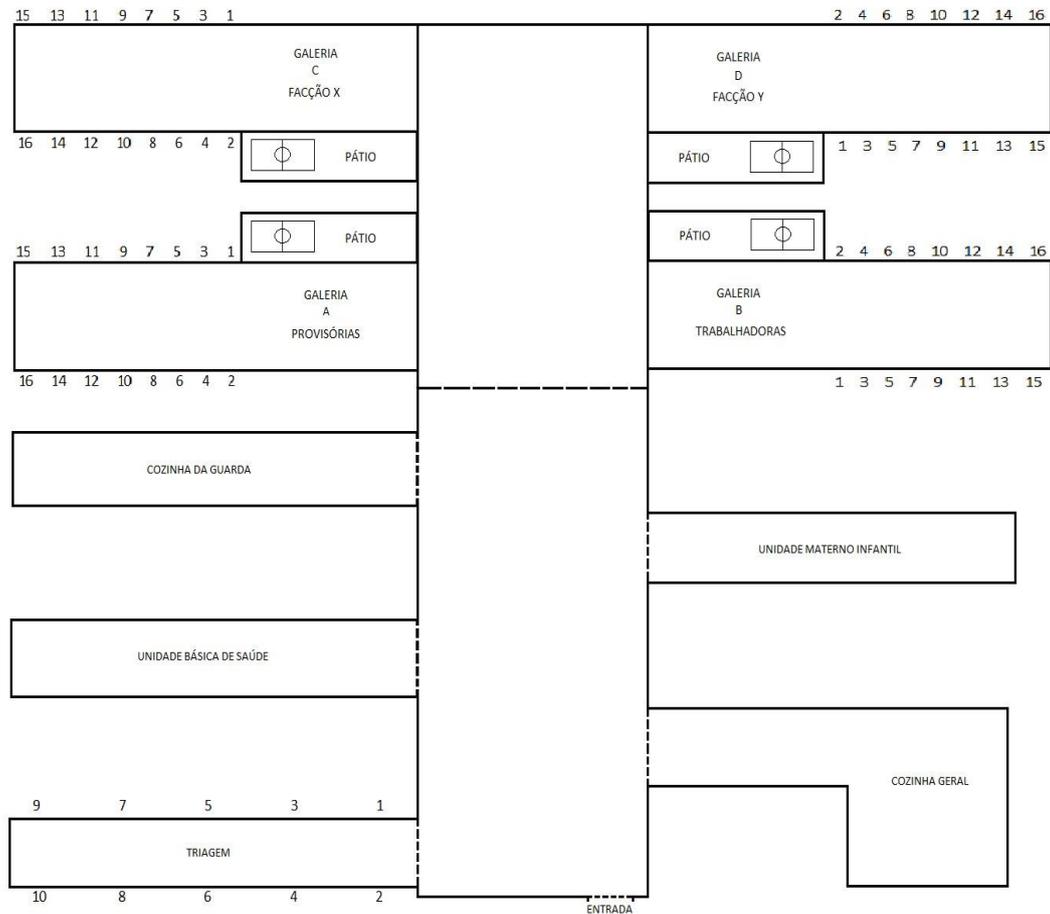
Figura 1- Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba



Fonte: ADEPERGS (2016)

O efetivo carcerário da PEFG, atualmente, é de 370 mulheres privadas de liberdade e sua capacidade máxima de aprisionamento é para 432 pessoas (DEPLAN/SUSEPE, 2019). Sua estrutura é dividida em 7 galerias denominadas A, B, C e D, isolamento preventivo, triagem e unidade materno infantil, a qual está desativada.

Figura 2 - Mapa da PEFG



Fonte: arquivo pessoal.

O artigo 84 da Lei de Execução Penal (LEP) diz que “o *preso provisório* ficará separado do condenado por sentença transitada em julgado” (BRASIL, 1984), desta forma as segregadas são organizadas em galeria A (provisórias), galeria B (trabalhadoras), galeria C (Facção X), galeria D (Facção Y).

A rotina diária mínima consiste em alimentação (café da manhã, almoço e janta) e pátio de sol obrigatório, conforme preconiza o artigo 41 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984). Ainda, o artigo citado trata diretamente sobre os direitos do preso chamando atenção para os incisos V, VI e VII que se referem à proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, descanso e recreação, exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e

desportivas, desde que compatíveis com a execução da pena e, por fim, assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

A assistência material pelo Estado dá-se no momento de ingresso no Estabelecimento prisional. A apenada recebe 1 kit de uniforme, 1 kit higiene (desodorante, escova de dente, creme dental, papel higiênico e absorvente) e 1 kit alimentação (prato, caneca e colher, todos de plástico). Entretanto, como a demanda de higiene é muito alta, é necessário que os materiais sejam racionados para que não falte às ingressas. Ainda, pode-se receber assistência da família nos dias de visita (quarta-feira e domingo).

A assistência à saúde é realizada pela Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada dentro do estabelecimento prisional. A equipe que compõe a UBS é formada por 01 técnica de enfermagem, 01 enfermeira e 01 dentista, os quais realizam atendimentos diariamente. Ainda, fazem parte 01 psiquiatra, 01 ginecologista, 01 clínico geral, com atendimentos semanais e, 01 assistente social e 01 psicóloga.

Figura 3 - Unidade Básica de Saúde



Fonte: arquivo pessoal.

A PEFG carece de atendimento jurídico, sendo o mesmo apenas realizado pela Defensoria Pública do Estado, a qual atende semanalmente uma lista pré-determinada de apenadas recolhidas. Haja vista a grande demanda jurídica da Casa, alguns conflitos internos ocorrem quando não há atendimentos pela

Defensoria Pública pois a pessoa privada de liberdade encontra-se emocionalmente comprometida.

A assistência educacional ocorre através da Secretaria da Educação e conta com a participação de 5 professores e 1 coordenadora de ensino, os quais realizam suas atividades junto às apenadas que manifestaram desejo de estudar e foram aprovadas nas avaliações iniciais que são aplicadas no início do ano letivo.

Figura 4 - Sala de Aula



Fonte: arquivo pessoal

A assistência social é realizada pelos Técnicos Superiores Penitenciários lotados na PEFG. Os atendimentos realizados por eles são realizados diariamente, conforme demanda interna e necessidade de triagens. Juntamente com o apoio social, há o atendimento psicológico diário, também realizado por psicólogos do corpo técnico da PEFG.

Figura 5 - Sala de atendimento



Fonte: arquivo pessoal

Figura 6 – Vista interna



Fonte: arquivo pessoal

Por fim, a assistência religiosa ocorre aos sábados, com horários definidos e acordados entre Direção da PEFG e o responsável por cada instituição religiosa que deseja ministrar culto às apenadas. É importante considerar que atualmente não há oferta de atividades físicas/práticas corporais, de lazer e esportivas às apenadas uma vez que não existe este tipo de serviço da educação física no território estudado.

INSTITUIÇÃO TOTAL

O território apresentado neste trabalho possui uma série de regras cuja condição principal é o cerceamento da liberdade e de comunicação com o meio exterior, bem como o controle interno das ações e movimentos voluntários das pessoas que estão inseridas neste ambiente. De acordo com Goffman (1974), as instituições totais são locais fechados que se caracterizam por funcionar em regime de internação onde um grupo um tanto quanto numeroso de pessoas vive em tempo integral. Esta instituição funciona como local de residência, trabalho, lazer e espaço de alguma atividade específica, a qual pode ser terapêutica, correcional, educativa ou exclusiva e, normalmente, há uma equipe dirigente que exerce o gerenciamento administrativo da vida na instituição.

Ainda, estas instituições que o autor descreve, têm tendências de “fechamento”, sendo que algumas são mais “fechadas” do que outras e cita como exemplos do caráter total simbolizado pela barreira à relação social com o mundo

externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas, pântanos.

No território do presente estudo, este gerenciamento é organizado pelas agentes penitenciárias em contato direto com as apenadas. As normas internas da unidade orientam quanto aos deveres e direitos da pessoa presa bem como às atividades que, na medida do possível, possam ser realizadas dentro do estabelecimento prisional. Cabe salientar que antes de qualquer ação diversa das comuns ao dia a dia da casa prisional, devem ser observadas as condições de segurança às apenadas, ministrantes e demais envolvidos.

A PEFG tem por característica a utilização de uniforme, composto por camiseta branca e calça/bermuda laranja. Todavia, como é de conhecimento público a precariedade e sucateamento do sistema prisional, na maioria das vezes não dispomos de todos estes itens para fornecimento. A utilização do uniforme nas dependências da PEFG é obrigatória, sendo aceito que se utilize o mesmo por cima de outra roupa ou, ainda, que a apenada vista algo nas cores do uniforme.

A partir do olhar como agente penitenciária e pesquisadora da área da educação física, surgiu a ideia de acompanhar o processo de definição de regras e a dinâmica das relações entre as apenadas das galerias C e D uma vez que estas alas possuem maior número de mulheres aprisionadas com baixa rotatividade. A ideia é relatar essas dinâmicas visando levantar aspectos importantes quando pensamos uma possível presença das práticas da educação física nesse território, principalmente quando voltadas para a saúde.

2. OBJETIVO

Apresentar uma narrativa sobre território da PEFG, mais especificamente das galerias C e D desta penitenciária, evidenciando algumas dinâmicas de relação importantes à presença de práticas de educação física voltadas para a saúde nesse contexto.

3. METODOLOGIA

O delineamento deste estudo se fará através do método da cartografia. Este método foi formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) e, embora não

se defina por um conjunto de procedimentos a priori, não significa que a cartografia aconteça na ausência total de orientações, as quais são designadas como pistas.

Acompanhar processos (Barros & Kastrup, 2012) é ao que se destina o método da cartografia. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim uma vez que a ideia está ligada a um exercício ativo de operação sobre o mundo, não somente de levantamento ou interpretação de dados. A cartógrafa, aqui assumida como pesquisadora, atua sobre a matéria cartografada. Todavia, os efeitos e itinerários a serem percorridos nunca são conhecidos anteriormente.

Embora a cartografia não trate com “dados” no sentido mais tradicional do termo, ela é um processo de produção da realidade que gera efeitos uma vez que a tarefa de análise em pesquisa ganha relevo. Segundo Maturana e Varela (2005), ao compreender o conhecimento como um ato de criação, a cartografia se compromete de maneira significativa com a análise do processo de pesquisa a ser empreendido, ainda que tal análise não se exerça sobre dados, isto é, sobre uma objetividade tida como independente da própria pesquisa.

Para este trabalho, realizei uma imersão no território – que é o meu próprio local de trabalho – onde foram registradas situações pontuais cuja análise nos mostra um pouco sobre as relações entre as apenas das galerias C e D.

Por fim, é importante assumir o caráter híbrido, mesclado dessa cartografia. Atualmente trabalho nesse território como Agente Penitenciária e, simultaneamente, estou encerrando minha graduação em educação física; tratase da duplicidade da cartógrafa. Desse modo, os relatos a serem apresentados são, de um lado, oriundos da observação da agente e, de outro lado, de alguém que pensa a presença das práticas corporais nesse contexto.

3.1. RELATOS

1- 03 de Outubro de 2018 - Neste dia, após ser liberado o pátio pra galeria D, eu estava observando a movimentação das presas soltas como sempre fazemos. Me chamou a atenção pois vi elas se organizando para alguma coisa. Prestei mais atenção e percebi que, enquanto algumas esticavam a rede, as outras estavam escolhendo os times. Iniciaram uma partida de vôlei logo em

seguida. Fiquei ali, parada, assistindo. Chamei a minha colega pra dar uma olhada, ela não esboçou muita reação, mas eu adorei ver aquilo. Claro, que como todo bom e velho jogo com bola, nem todas dominavam a técnica básica do toque, manchete, saque, posicionamento em quadra. Mas de qualquer maneira, o jogo delas durou quase todo o período do pátio, sendo encerrado quando iniciou a entrega do almoço. O que me chamou muito a atenção neste, e nos jogos seguintes que elas fizeram, foi que das 90 mulheres alojadas, apenas 9 geralmente participavam desta atividade. As demais, como podemos ver nas fotos abaixo, permaneciam no entorno, sentadas ou deitadas.

Figura 7 – Saque; galeria D



Fonte: arquivo pessoal

Figura 8 – Jogo de vôlei; galeria D.



Fonte: arquivo pessoal

2- 16 de Dezembro de 2018 – O domingo é sempre muito aguardado pelas apenadas por que é o dia em que receberão seus familiares. Uma coisa que não se admite em qualquer unidade prisional é o desrespeito ao familiar por parte das outras apenadas. Fui chamar a Aline para sair da cela pois sua visita estava ali aguardando, mas a presa saiu pelada pelo corredor gritando dizendo que ainda não estava pronta e me mandando esperar o tempo que ela quisesse demorar a se arrumar. O problema foi que, imediatamente, as presas que viram a cena se indignaram e começaram a bater nas portas das celas gritando palavras de baixo calão à Aline, que voltou pra dentro da sua cela. A revolta das demais foi pela nudez desnecessária frente às outras visitas e por estar tumultuando a galeria num dia tão esperado por tantas presas. Embora não tenha tido nenhuma ocorrência envolvendo a Aline durante seu período de visita, ao término das visitas as presas devem ir obrigatoriamente para o pátio a fim de ser realizado procedimentos de revista estrutural e bate-grades nas celas. No retorno às celas, momento este onde se faz a conferência das apenadas, Aline

saiu com seus pertences até o portão de acesso pois não foi mais aceita pelas demais presas pela conduta que teve. Enfatizo que, caso ocorra algum evento que comprometa a segurança dentro do estabelecimento em dia de visita, a mesma é suspensa até que se restabeleça a ordem e a disciplina do local onde ocorreu o problema.

3- 26 de Janeiro de 2019 – Os sábados geralmente são dias muito calmos na PEEG. Neste dia, no fim da tarde, minha colega ouviu muitos gritos e pedidos de socorro vindos do pátio da galeria C. Vimos pela janela que as namoradas Suelen e Roberta estavam se agredindo fisicamente. Antes mesmo que ordenássemos que elas parassem, as outras presas no pátio imediatamente conteram cada uma das agressoras, cada uma pra um lado, acalmando os ânimos sem que fosse necessária a intervenção da equipe de plantão.

4- 21 de Fevereiro de 2019 – Eventualmente são realizadas, nas dependências da unidade penitenciária, oitivas pela Brigada Militar e Polícia Civil. Neste dia, no turno da tarde, uma das mulheres alojadas na galeria D seria ouvida por investigadores da Polícia Civil. A oitiva teve início por volta das 14h e tudo transcorria sem alterações até que, em torno das 16h fui chamada pelas minhas colegas no posto CD. Me mostraram uma carta de suicídio de uma apenada que estava na mesma cela que a que estava na oitiva. Eram namoradas e ela estava absolutamente descontrolada e nervosa achando que sua namorada havia saído em liberdade e a havia abandonado. Conversei com ela, a acalmei e em pouco tempo ela retornou à cela. Quando entrou, as demais companheiras de cela debocharam dela dizendo que “ia se matar por besteira e a guria estava até dentro da cadeira”. Apesar disso, não houve nenhum tipo de conflito interno dentro da cela em decorrência do fato.

5- 01 de Março de 2019 – O procedimento de revista geral dentro de uma unidade prisional ocorre para fins de manutenção da ordem e disciplina. Neste tipo de atividade, as agentes realizam a busca de ilícitos e possíveis danos estruturais que comprometam a segurança visando fugas ou produção de estoques (objetos pontiagudos ou cortantes usados para defesa pessoal). Na

data mencionada acima, realizou-se uma operação na galeria D objetivando a manutenção da ordem e disciplina. Em certo momento, uma das apenadas da galeria não aceitou ser revistada pela agente feminina e, ainda, não queria sair da cela. Foi necessário que 4 agentes fizessem uso moderado da força a fim de conduzir a presa coercitivamente até o isolamento preventivo. Tal medida foi realizada com êxito por mim e minhas colegas da equipe de plantão. Ainda, em virtude dos problemas ocorridos durante a extração das presas das celas, o pátio de sol foi cancelado neste dia, visto fragilidade na segurança da unidade naquele dia.

6- 29 de Março de /2019 – Pela manhã, ao caminhar pela passarela da galeria C, ouvi duas presas conversando e em dado momento uma disse pra outra que “hoje também queria jogar vôlei” mas a resposta foi que “se tu jogar mal, eu vou te quebrar a pau”. A liberação do pátio da galeria C foi finalizada no turno da tarde, as 16h. Vi que as presas começaram a se organizar e iniciaram o jogo. Até então sem problemas. Entretanto, em certo momento, ouvi gritos vindos do pátio e minha colega e eu vimos que a Rogéria agredia com violência a Aline e, ao analisar as câmeras de monitoramento do local, foi possível precisar que elas estavam jogando no mesmo time e que Rogéria foi em direção a Aline, após uma sucessão de erros na partida e iniciou uma série de golpes na região da cabeça e pescoço se utilizando de um alicate de unhas. Foram tomadas as medidas necessárias para resolução do problema, o horário de pátio encerrou-se naquele momento e foi retirada a rede e bola de vôlei da galeria por alguns dias. Isto se deu em virtude da gravidade da ocorrência por um motivo fútil.

7- Narro agora um fato ocorrido em meados de 2017 quando eu era lotada no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier. Esta unidade prisional possui capacidade para 239 pessoas reclusas, em sua grande maioria presas provisórias e primárias. Não há separação de galerias por facções e o perfil das apenadas é o oposto da PEFG. No ano do relato, a capacidade encontrava-se em torno de 95% ocupada, sendo a galeria D superlotada. No Madre Pelletier as galerias se dividem em B1 (idosas/deficientes), B1salão (gestantes até 7 meses), B2 (presas reincidentes sem condenação), B3 (condenadas), B4 (seguro de vida), C (trabalhadoras), D (provisórias primárias), Unidade materno-infantil

(gestantes a cima de 7 meses e mães com bebês). Neste dia, umas 25 presas da galeria D desceram para o pátio de sol. No Madre Pelletier o tamanho do pátio é menor em relação do da PEFG e, como a estrutura não foi projetada para o fim a que se destina, existem pilares em alguns pontos do pátio, o que dificultam uma possível prática corporal. Uma das presas me chamou na porta do pátio perguntou se eu poderia lhes entregar a bola de futebol. Entreguei com a recomendação de que queria ver muitos gols e jogadas bonitas, em tom de brincadeira. Iniciou o jogo, poucas participavam e a maioria ficava no entorno, apenas observando e torcendo. Em dado momento, ao me deslocar até a UMI, que fica no prédio anexo e só pode ser acessada atravessando o pátio, a bola passou perto de mim, dominei e chutei, devolvendo-a às presas para que seguissem sua atividade. Uma delas me chamou '*Dona Nati, vem jogar com a gente um pouquinho!*' De pronto, respondi que não poderia, pois, muitas coisas estavam acontecendo e precisavam de mim. Novamente insistiram e participei rapidamente do jogo. Em seguida, foi encerrado o horário de pátio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio destes relatos, procurei materializar ao leitor um pouco do clima tenso no dia a dia dentro da unidade prisional. Infelizmente, não há a oferta de nenhum tipo de atividade ou prática corporal orientada por um profissional de educação física dentro do sistema prisional. Particularmente falando sobre as unidades prisionais destinadas às mulheres, geralmente não há a disponibilização de pátio com quadra e bola para que as presas possam iniciar qualquer atividade com bola.

Nas unidades prisionais masculinas, vemos isso como uma coisa imprescindível ao preso masculino. Algumas questões que podem ser levantadas – principalmente – após a leitura do relato nº 7 seriam as seguintes: como o nível de periculosidade das apenadas influencia a prática corporal? O maior risco de atos violentos dentro das unidades prisionais é um fator impeditivo de práticas corporais? Qual as peculiaridades, quais os aspectos estratégicos para garantir o direito ao esporte, ao lazer e à saúde para coletivos violentos? Penso que uma situação como a do relato nº 7 jamais seria possível em alguma

das galerias da PEFG, haja visto o perfil das apenas recolhidas. Entendo que essas questões – e com certeza várias outras que não foram exploradas neste trabalho – apontam para a necessidade de uma agenda de pesquisa sobre a questão das práticas corporais, do esporte e do lazer em instituições totais enquanto territórios.

O documentário *Copa Vidigal* (2010) apresenta um campeonato de futebol de favelas organizado pelo professor de futebol Cypa, no morro do Vidigal no Rio de Janeiro, com o objetivo de resgatar a paz através do esporte em uma área que estava traumatizada com uma recente guerra entre traficantes. Ao longo do documentário é possível estabelecer algumas semelhanças entre o território da favela pós-guerra e a PEFG. Ambos, quando está acontecendo a prática desportiva e de lazer no pátio ou no campo de futebol de várzea, causam o sentimento de alegria em seus participantes. A competitividade toma conta de alguns, o que acaba por tornar a disputa mais interessante; mais tensa.

Porém, dentro de uma instituição com tantas regras rígidas e normas de segurança, torna-se uma tarefa difícil a implementação de qualquer tipo de programa para prática corporal por que é um ambiente em que a possibilidade de conflito e o clima de tensão são constantes. Além disso, estas instituições e suas dinâmicas de funcionamento existem justamente para evitar o conflito entre as apenas. Desta forma, parece que somos capturados pelo dilema: o qual refere-se a permitir e/ou fornecer meio para que os horários de pátio sejam aproveitados com alguma prática corporal benéfica a saúde ou evitar jogos a fim de diminuir as chances de algum tipo de violência ocorrer em virtude de algum lance polêmico dentro da atividade realizada.

5. Bibliografia

Associação das Defensoras e dos Defensores públicos do Estado do Rio Grande do Sul – ADEPERGS
<<https://www.adpergs.org.br/imprensa/noticias/adpergsentrega-cerca-de-300-livros-a-penitenciaria-estadual-feminina-de-guaiba.html>> acesso em maio, 2019.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União 2014**; 2 jan.2014.

COPA VIDIGAL. Dir. Luciano Vidigal - 75 min; cor; HD; RJ, 2010.

DANTAS, Eugênia Maria e MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Território e Territorialidade: abordagens conceituais. Governo Federal - Programa Universidade a Distância/UNIDIS, 2008.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs*. v.1. Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras, 1995.

GOFFMAN, E. (1987). Manicômios, prisões e conventos. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Territórios alternativos. São Paul: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R.. Território, cultura e des-territorialização. Contexto: São Paulo. 2001.

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.

<<http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoespenitenciarias>>. Acesso em ago 2018.

LOPES, Hálisson Rodrigo; PIRES , Gustavo Alves de Castro; PIRES, Carolina Lins de Castro. Organização penitenciária e os tipos de estabelecimentos prisionais no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 120, jan 2014. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/mnt/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14117&revista_caderno=3>. Acesso em ago 2018.

MATURANA, H.; VARELA, F. A árvore do conhecimento. São Paulo: Oalas Athena, 2005.

ROSA, Antonio José Miguel Feu. **Execução Penal**, São Paulo: RT, 1994.

SUSEPE. Departamento de Engenharia Prisional – DEPLAN. <www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=79&cod_conteudo=160>. Acesso em ago 2018.

SUSEPE. Departamento de Segurança e Execução Penal – DSEP. <<http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>>. Acesso em ago 2018.

SUSEPE. Estatísticas. <www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=34&cod_conteudo=118>. Acesso em ago 2018.

World Prison Brief, <<http://www.prisonstudies.org/>> acesso em maio, 2019.